



MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO III

Pregão Eletrônico n.º 0___/202_/PMC

Processo Administrativo n.º ____/202_

A empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º (**CNPJ**), com sede em (**endereço completo**), telefone para contato (**telefone**), e-mail (**e-mail**), neste ato representada por (**nome do representante legal**), portador(a) da cédula de identidade n.º (**número do RG**), inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º (**número do CPF**), na qualidade de (**cargo**), declara, para todos os fins de direito, especialmente para participação no processo licitatório na modalidade de pregão, o seguinte:

1. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (*quando aplicável*):

Declaramos que somos uma **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

2. Conhecimento e Concordância com os Termos do Edital:

Declaramos que conhecemos e concordamos com todos os termos e condições estabelecidos no Edital do Pregão n.º 0___/202_/PMC, e que atendemos integralmente aos requisitos de habilitação exigidos, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021.

3. Regularidade Fiscal e Jurídica:

Declaramos que até a presente data não há fatos supervenientes que impeçam nossa habilitação, e que não estamos em estado de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera (Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal). Comprometemo-nos a comunicar imediatamente qualquer alteração nesse status.

4. Trabalho Infantil e Condições de Trabalho:

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme os termos do inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/2021 e o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5. Proposta Independente:

Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer influência, comunicação ou colaboração de outro participante ou fornecedor, direta ou indiretamente.

6. Custos Relacionados aos Direitos Trabalhistas:

Declaramos que a proposta financeira apresentada contempla todos os custos relacionados ao cumprimento das obrigações trabalhistas, inclusive as garantias previstas pela Constituição Federal, legislações infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta aplicáveis.

7. Proibição de Trabalho Forçado e Degradante:



Declaramos que não utilizamos trabalho forçado ou degradante, conforme os artigos 1º, III, e 5º, III, da Constituição Federal.

8. Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência:

Declaramos que cumprimos as exigências legais quanto à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme as normas específicas aplicáveis.

9. Acesso ao Edital e Anexos:

Declaramos que tivemos pleno acesso ao Edital e seus anexos, por meio dos canais de comunicação indicados neste instrumento.

10. Vínculo com Servidores Públicos:

Declaramos que não há no quadro de sócios ou empregados da empresa vínculo de parentesco, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, ou vínculo de afinidade, com servidores da Prefeitura Municipal de Cabixi, que ocupem cargos de direção, chefia ou função gratificada de mesma natureza.

11. Suspensão ou Impedimento para Licitar:

Declaramos que não recebemos do Município de Cabixi, nem de qualquer outra entidade da Administração Pública (federal, estadual ou municipal), suspensão temporária para participar de licitações ou impedimento para contratar com a Administração Pública.

12. Responsabilidade por Danos:

Declaramos ser responsáveis pelos vícios e danos decorrentes do objeto do contrato, conforme os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

A empresa declara, ainda, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, possuindo plenos poderes e informações para firmá-la, e que tem ciência de que a falsidade nas informações prestadas, com o intuito de obter vantagem no presente certame, configura crime nos termos do artigo 299 do Código Penal, além de sujeitar-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do representante legal da empresa